Volume Nº1
Maio/2026

ARRAIAL

CADERNO TEMÁTICO ESPECIAL SOBRE CANUDOS E CAMPESINATO



JACIANE DOS SANTOS RIBEIRO
JÁDER BARROZO DE CARVALHO
JOANNA LIMA DE ALMEIDA MILANEZ
THIAGO BATISTA DE SOUSA
UIARA FERREIRA FARIAS

ARRAIAL

CADERNO TEMÁTICO ESPECIAL SOBRE CANUDOS E CAMPESINATO

JUAZEIRO-BA
UNIVASF
2026



FOTOGRAFIA POR JOANNA MILANEZ / 2025

UNIVASF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Programa de Pós-Graduação
AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL

A773 Arraial: caderno temático especial sobre Canudos e campesinato / Jaciane Ribeiro dos Santos, [*et al.*] – Juazeiro - BA, 2026.

xv, 27 f. : il. ; 29 cm.

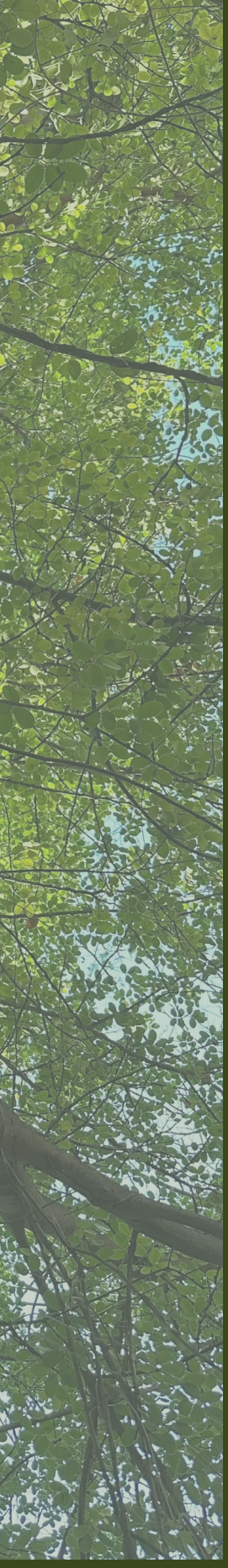
Livro Digital

ISBN: 978-85-5322-378-7

1. História - Bahia. 2. Canudos – Clóvis Moura. 3. Agroecologia. 4. Campesinato - Juazeiro (BA). I. Título. II. Ribeiro, Jaciane dos Santos. III. Carvalho, Jáder Barrozo de. IV. Milanez, Joanna Lima de Almeida. V. Sousa, Thiago Batista de. VI. Farias, Uiara Ferreira. VII. Vieira, Denes Dantas. VIII. Barros, Edonilce da Rocha. IX. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 981.42

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF
Bibliotecário: Márcio Pataro. CRB 5/1369.



EDITORIAL

Belo Monte ainda nos chama. Mesmo depois de tanto tempo, e apesar do silêncio que a guerra tentou impor, a antiga vila conselheirista segue abrindo caminhos para novas leituras. Quando se fala do Semiárido, é comum que a falta e a dureza ocupem o centro da narrativa. Mas, ao voltar o olhar para Canudos, descobrimos outra realidade: a de um povo que soube construir sua vida em sintonia com o território, valorizando a diversidade das roças, a partilha do que se produzia e o cuidado coletivo com a terra e com a água.

Esta caderno convida o leitor a reencontrar esse sertão pleno, que não cabe nos estereótipos da miséria. Há fartura na história de Belo Monte: nas margens cultivadas do Vaza-Barris, nos rebanhos que se adaptaram ao clima, no trabalho das mulheres e homens que, dia após dia, sustentaram a comunidade com suas práticas e seus saberes. Ao revisitar essa experiência, somos provocados a pensar sobre autonomia, organização comunitária e as formas de viver em harmonia com o Semiárido.

O que aprendemos com Canudos é que a convivência com o clima e com a terra não começou agora. Ela já pulsava ali, nas pequenas tecnologias do cotidiano, na sabedoria transmitida pelas famílias, na relação respeitosa com o território. Reconhecer Belo Monte como uma experiência agroecológica é também reconhecer o valor de um modo de vida que resistiu, mesmo diante das forças que tentaram apagá-lo. É um convite a repensar os modelos de desenvolvimento que, ao longo do século XX, tantas vezes ignoraram a potência das comunidades sertanejas.

Ao celebrar essa memória, também projetamos o futuro. Retomar a complexidade produtiva e social que sustentava Belo Monte é reafirmar o que nasce do território e das pessoas que o habitam. Que esta produção seja um espaço de encontro entre tempos diferentes, um lugar onde passado e presente dialogam, onde as lutas de ontem inspiram os caminhos de hoje e onde o sertão continua, com sua força, a nos ensinar novas maneiras de existir.

Seja bem vindo, seja bem vinda e boa leitura!

FICHA TÉCNICA

Produto de Editoração da disciplina de História Social do Campesinato do Doutorado Profissional Interdisciplinar em Agroecologia e Desenvolvimento Territoral da Universidade do Vale do São Francisco - UNIVASF, ministrada pelo Prof. Dr. Denes Dantas Vieira e pela Profa. Dra. Edonilce da Rocha Barros.

Redação, revisão e edição final:
Jaciane dos Santos Ribeiro
Jáder Barrozo de Carvalho
Joanna Lima de Almeida Milanez
Thiago Batista de Sousa
Uiara Ferreira Farias

Editorial:
Uiara Ferreira Farias

Textos principais:
Jaciane dos Santos Ribeiro
Jáder Barrozo de Carvalho
Thiago Batista de Sousa

Diagramação e design da revista:
Joanna Lima de Almeida Milanez

Imagem da Capa:
Fotografia “Igreja de Santo Antonio (velha)” de Augusto Flávio de Barros de 1897 em Canudos - BA. Fonte do acervo do Museu da República, Rio de Janeiro, Brasil.



FOTOGRAFIA POR JADER CARVALHO / 2025

SUMÁRIO

07
Agroecologia e os modos de vida camponês

12
Terra, água e partilha: fundamentos agroecológicos da resistência em Canudos

22
Acompanhe a canção: Súplica cearence

24
Resenha do livro “Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST” de Clóvis Moura

27
Indicação: Filmes

Agroecologia e os modos de vida camponês

POR THIAGO BATISTA DE SOUSA



IMAGEM GERADA POR IA, 2025



FOTOGRAFIA JADER CARVALHO, 2025

O Brasil carrega, até hoje, as marcas de um período colonial estruturado pela exploração da força de trabalho escravizada e pela apropriação predatória da natureza. Esses exemplos podem ser observados em diferentes fronteiras de expansão que, ao longo dos séculos, produziram efeitos persistentes. A colonização no litoral no século XVI, o cenário da Amazônia ocupada, da escravidão indígena, das plantações açucareiras e algodoeiras acontecidas no Nordeste e da mineração acontecida nos séculos XVII e XVIII, tal como a cafeicultura no Sudeste no século XIX, sempre estiveram moldadas pela figura do latifúndio, culminando em concentração de terras e no controle e acúmulo de poder, observando-se ambos os fenômenos fortemente entrelaçados e/ou inerentes (Little, 2003).

Com relação às práticas agrícolas, observamos que a agricultura, que antes era uma atividade de agri(cultores), tem sofrido alterações importantes. Com a Revolução Verde, compreendendo a “introdução em larga escala, a partir da década de 1950, em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, de variedades modernas de alta produtividade” (Pereira, 2012, p. 687), estabeleceu-se um modelo agrícola hegemônico de agricultura industrial ou do agronegócio, dentro dos pilares agroquímicos, motomecanizado e da manipulação genética (Jesus, 1985), visando “valorização do aumento da produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial, em prol do discurso de solucionar a fome no mundo” (Pereira, 2012, p. 687), designando a introdução do capital no campo. Para além do pensamento da contribuição do ponto de vista científico-tecnológico, a Revolução Verde se instaura a partir de determinantes culturais - especialmente nos países europeus - políticos-estratégicos, econômicos, sociais, dentre outros (Jesus, 1985).

Podemos chamar a atenção ao fato de que a Revolução Verde não foi pensada para atender, especificamente, as demandas de pequenos agricultores, mas de maneira contrastante, aos interesses e fortalecimento do latifúndio. Aliás, “o poder político e as alianças econômicas mantêm o latifúndio e a propriedade fundiária como base de sustentação”, ou, em outras palavras, “o processo de modernização agropecuária e a circulação de mercadoria não alteraram a propriedade privada, contudo, conservaram uma massa de excluídos do mercado de trabalho e das decisões políticas” (Sauer, 2008 p. 44). Fez-se perdurar as novas caras da figura do latifúndio no entorno da agricultura.

De outro lado, vemos que a introdução do capital no campo revelou sérios danos ou uma insatisfatória relação homem-natureza. O relatório do IPCC (2021) apontou que a agricultura convencional tem sido responsável, atualmente, por 37% das pressões antropogênicas no planeta, contribuindo para o agravamento de diversos problemas globais contemporâneos, como é o caso destaque das mudanças climáticas. Vemos, então, a natureza respondendo em conformidade com as ações brutais do ser humano com a qual a mesma se relaciona (Petersen et al., 2017). Vemos também certa incompatibilidade entre este modelo de agricultura (agronegócio) e os modos de vida de camponeses e povos originários que, não menos preocupante do que os impactos ambientais, possuem muitos de seus saberes e estes em si ameaçados, os quais são responsáveis pela salvaguarda de um legado de experiências sustentáveis, estabelecendo uma relação mais biófila com a natureza.



Diante disso, a agroecologia, como um novo paradigma de vida sustentável, emerge a necessidade de sistematização conjunta dos conhecimentos pautados nas “técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses)” que, por sua vez, integram valores culturais e princípios ecológicos às atividades agrícolas que sofreram desecologização e desculturalização com o passar do tempo, por meio dos processos da Revolução Verde (Guhur, Toná; 2012 p. 59). Esses sujeitos tendem a dominar técnicas e estratégias que lhes permitem suprir suas próprias necessidades, reduzindo a dependência de insumos externos aos seus agroecossistemas e realizando um manejo capaz de garantir-lhes um modo de vida relativamente autônomo. (Sousa, Silva; 2022).

O saber-fazer dos povos e comunidades tradicionais revelam a conservação dadiversidade cultural e biológica interligadas entre si desde o legado que trazem de sua(s) memória(s) biocultural(is) (Toledo-Barrera Bassols, 2009). Juliana Santilli (2009) afirma que, no tocante à produção agrícola, podemos enxergar uma agrobiodiversidade no seio dos modos de vida desses agricultores, no sentido de que, quanto mais cultivam diversidades intra e interespecíficas de animais e plantas agrícolas, mais geram cultura e estabilidade de vida entre si. A diversidade agrícola, quanto maior for, possibilita sinergias e trocas de matérias e energias dentro do agroecossistema, cada vez menos dependente do mercado (Ploeg, 2009).

Para Diegues (2008), estes povos vão mais além e são guardiões de uma sociobiodiversidade que envolve não apenas as práticas agrícolas e pecuárias como também outras práticas essenciais, a exemplo de atividades extrativistas, pesqueiras etc., que, em certo sentido, possuem valores de uso e valores simbólicos também circundantes atrelados à conservação da biodiversidade silvestre. Favaro e Corona (2017) destacam, por outro lado, outras dimensões, incluindo o convívio e os laços comunitários estabelecidos entre si por meio da solidariedade e da estreita relação entre a cultura no universo tangível e intangível das crenças com os elementos naturais, possibilitando a existência de valores interpretados na perspectiva de bens comuns, que também contribuem no fortalecimento da autonomia relativa desses sujeitos diante das investidas do capital.

Nesse sentido, por meio da agroecologia, os agroecossistemas camponeses são também enxergados como territórios enquanto espaço disputado social e politicamente face ao modelo antagônico do capital e à postura e às bases do latifúndio (Fernandes, 2012). Territórios que possuem "um jeito próprio de ser, um ter-estar diferente, um modo de vida camponês" (Sousa, 2023 p. 32) sob perspectivas de organizações que, muitas vezes, são um contraponto e ameaças à continuidade do capital.

REFERÊNCIAS

DIEGUES, A. C. S. **Sociobiodiversidade.** In. FERRARO JUNIOR. L.A. (org.) Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005, p.305-312.

FAVARO, J. F.; CORONA, H. M. P. **O campesinato na modernidade**: aspectos microssociais, continuidades e resistência. In: Anais do VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, 2017.

FERNANDES, B. M. **Território Camponês**. In: CALDART, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Dicionário da educação do campo. São Paulo: expressão popular: 2012.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. **Agroecologia**. in: CALDART, R. S; PEREIRA, I, B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: expressão popular: 2012.

IPBES- IPCC. **Scientific outcome of the Ipbes- Ippc co- sponsored workshop report on biodiversity and climate change**. Ipbes secretarlat, Born, Germany, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.4659158.

JESUS, E. L. **Diferentes abordagens de agricultura não convencional**: história e filosofia. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (Ed) **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p.21-48.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Anuário antropológico, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

PEREIRA, M. C. **Revolução Verde**. In: CALDART, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Dicionário da educação do campo. São Paulo: expressão popular: 2012.

PETERSEN, P.; SILVEIRA, L. M.; FERNANDES G. B; ALMEIDA, S. G. **Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas**. Rio de janeiro: AS.PTA, 2017.

PLOEG, J. D. Van der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. In: PETERSEN, Paulo. Agricultura camponesa na construção do futuro. Rio de janeiro: AS-PTA, 2009.

TOLEDO, V. M.; BARRERA- BASSOLS, N. **La Memória Biocultural** La importância ecológica de las sabidurías tradicionales. Icaria editorial perspectivas agoecolóigcas. Barcelona: 2008.

SANTILLI, J. F. R. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SAUER, S. "**Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro". Texto para Discussão, 30, Brasília, Embrapa: 2008.

SOUSA, T. B.; SILVA, V. R. **Saber-fazer camponês e gestão dos agroecossistemas na comunidade.** Lourenço em Redenção do Gurgueia – PI. In: SILVA, F. C. et al. Educação do Campo: perspectivas plurais e emergentes, v. 2. Teresina – PI: EDUFPI, 2022

SOUSA, Thiago Batista de. **Pelos chãos do ecótono Cerrado–Caatinga**: os modos de vida camponês e a salvaguarda da socioagrobiodiversidade no Sudoeste do Piauí. Orientadora: Andrea Leme da Silva. 2023. Dissertação (Mestrado. Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER). Universidade de Brasilia - UnB, Planaltina - DF, 2023.

Terra, água e partilha: fundamentos agroecológicos da resistência em Canudos

POR JÁDER BARROZO DE CARVALHO



FOTOGRAFIA POR JADER CARAVALHO, 2025



"JAGUNÇO" FLÁVIO DE BARROS, 1897, COLEÇÃO MUSEU DA REPÚBLICA - RJ

Reconstituir a experiência de Canudos a partir de sua base material significa reconhecer que a capacidade de resistência do arraial estava intimamente ligada à sua organização produtiva. Em contraste com a imagem clássica de miséria absoluta, difundida por parte da imprensa da época, por relatórios de autoridades e, em alguma medida, reforçada pela leitura canônica de Os sertões, a análise cruzada de testemunhos de sobreviventes, crônicas de guerra e estudos posteriores indica uma experiência de produção agrícola e pecuária diversificada, articulada à vida comunitária e à segurança alimentar. (Cunha, 1902; Adoué, 2011; Dias; Neiva, 2019; Baiardi; Santos, 2023).

Do ponto de vista historiográfico, um primeiro conjunto de evidências provém de fontes que, embora mobilizadas para reforçar o estereótipo de arraial miserável, também o negam. O relatório do missionário capuchinho frei João Evangelista de Monte Marciano, frequentemente citado como prova da ociosidade e da suposta penúria dos moradores, registra que as mulheres se ocupavam em preparar a comida, coser e enfeitar gorros de algodão (Dias; Neiva, 2019). Esses elementos indicam uma economia doméstica ativa, marcada por trabalho feminino, processamento de fibras e produção têxtil, incompatível com a imagem de uma sociedade entregue à inércia.

A descrição minuciosa de Manuel Benício, em O rei dos jagunços, ratifica essa leitura. Ao percorrer a região e acompanhar as campanhas militares, primeiro como correspondente do Jornal do Commercio e depois como cronista, Benício registra:

As margens frescas do rio eram cultivadas com plantações de diversos legumes, milho, feijão grogotuba, favas, batatas, melancias, Jerimus, e melões, canas etc. Pela vizinhança, os pequenos cultores da terra, em Canudos, possuíam sítios, pomares, fazendas de criação de bode, animais vacum e cavalares... As mulheres não estavam inativas. As mais pobres e miseráveis fabricavam farinha de bró e parreira. Traziam das caatingas as linhas do ouricuri coqueiro, que depois de raspadas, eram esmagadas a macetes e piladas no gral bojudo de madeira de lei... As moças fabricavam redes de cruá, indo buscar na caatinga feixes dessas bromélias de que tiravam fibras da casca verde, pilando-as e deixando-as em seguida ao sol para enxugar. Secas e desfiadas, eram torcidas como algodão no fuso, seguindo daí para os teares. Enquanto isto, o malho dos ferreiros batendo nas bigornas e zunindo como um grito de araponga anunciava que não havia falta de foice, faca, chuços e machados (Benício, 1989, apud Dias; Neiva, 2019).



IMAGEM GERADA POR IA, 2025

A mesma ambiguidade aparece em Euclides da Cunha. Em Os sertões, o autor enfatiza a precariedade do meio físico e a suposta "atrasada barbárie" do sertão, construindo uma narrativa em que a seca e a pobreza parecem onipresentes. Entretanto, na descrição das expedições militares, ele registra que, ao ingressarem em Canudos, os soldados encontraram: "[...] carnes secas ao sol, cuias cheias de paçoca, a farinha de mandioca, paios repletos de ouricuris e frutos de plantas xerófilas como também bogós transudantes, túmidos de água cristalina e fresca" (Cunha, 2010, p. 279-280), vestígios de reservas de alimentos incompatíveis com a ideia de fome permanente. Ainda que Euclides não tenha elaborado sistematicamente a organização produtiva do arraial, tais relatos apontam para a estocagem de gêneros, processamento de carne e uso de frutos nativos, o que remete a um manejo relativamente sofisticado dos recursos do semiárido.

Um segundo bloco de evidências diz respeito aos depoimentos de sobreviventes e testemunhas, recolhidos e analisados por estudos posteriores.

Nesse quesito, o trabalho realizado por Clímaco Dias e Luiz Paulo Almeida Neiva, pesquisadores do Centro de Estudo Euclydes da Cunha – CEEC/PPG/UNEB, recupera entrevistas de moradores da região que viveram a experiência do arraial ou herdaram memórias diretas do episódio.

Os autores trazem o relato de Honório Vila Nova, que descreve uma economia de base agropastoril articulada ao trabalho familiar. Quem tinha roça, trabalhava na roça "na beira do rio"; quem tinha gado, "tratava do gado"; quem tinha mulher e filhos dedicava-se a eles. O depoente enfatiza que "não havia precisão de roubar", porque "tudo existia em abundância: gado, roçado, provisões", e afirma que o arraial era sustentado por uma combinação entre roças ribeirinhas, rebanhos e uma cultura de partilha regulada pela autoridade do Conselheiro. Mascates que chegavam à vila encontram, segundo o mesmo relato, uma comunidade próspera, com possibilidade de circulação de mercadorias, o que indica, além do autoconsumo, algum nível de excedente (Dias; Neiva, 2019).

Em depoimento ao jornalista Odorico Tavares, Manuel Ciríaco, antigo morador, recorda que, “No tempo do Conselheiro, não gosto nem de falar para não passar por mentiroso, havia de tudo, por esses arredores. Dava tudo e até cana de açúcar de se descascar com a unha, nascia bonitona por estes lados. Legumes em abundância e chuvas à vontade. (...) este tempo parece mentira (Tavares, 1993, p. 48, apud Baiardi; Santos, 2023), memória que associa diretamente o período conselheirista à fartura agrícola, em contraste com a penúria posterior.

A roça ribeirinha articulava-se à criação de caprinos, ovinos e bovinos, adaptados às condições do semiárido, compondo um sistema produtivo que combinava policultura de subsistência, criação de animais de pequeno e médio porte e processamento de alimentos (farinha, paçoca, carne seca), bem como o uso intensivo de espécies nativas (ouricuri, bromélias) para alimentação e artesanato.



IMAGEM GERADA POR IA, 2025

Uma outra condição vital para a produção de Canudos é no que se refere à água, já que a própria escolha do sítio de Belo Monte indica que a experiência de Conselheiro se apoiava em um conhecimento das características hidrológicas da região. Longe de se instalar em qualquer trecho ermo, o arraial é fixado em uma porção do vale do Vaza-Barris em que, conforme demonstram as análises arqueológicas, o relevo e os solos oferecem condições particularmente favoráveis de captação e represamento das águas, em razão de uma combinação específica de impermeabilidade e de características geológicas e pedológicas locais (Zanettini; Gonzalez, 2000).

Segundo os autores, a releitura das fotografias de Flávio de Barros, que mostram as casas repletas de potes e recipientes, é mobilizada pelos arqueólogos para levantar questões sobre a logística de abastecimento em contexto de guerra, de onde vinham a água e os víveres que permitiram à população resistir por quase um ano de combates intensos sob cerco, sugerindo a existência de um manejo dos recursos hídricos, ainda que só parcialmente acessível pelas evidências materiais hoje disponíveis.


"FLAVIO DE BARROS FOTÓGRAFO EXPEDICIONÁRIO" / FLAVIO DE BARROS 1897


"OFICIAIS DO 29 BATALHÃO" / FLÁVIO DE BARROS 1897


"PRISÃO DE JAGUNÇOS PELA CAVALARIA" / FLÁVIO DE BARROS 1897

É a partir desse conjunto de fontes primárias que estudos mais recentes, como o de Silvia Beatriz Adoue (2011), reinterpretam Canudos como experiência social fundada numa base produtiva sólida e numa forma específica de organização da circulação de bens. A autora lembra que, entre 1893 e 1897, ergueu-se, no sertão baiano, uma cidade com cerca de trinta mil habitantes, "dedicada à agricultura e à criação de carneiros e cabras", na qual "o resultado da produção social era distribuído segundo a necessidade de cada um".

A contribuição de Angelina Garcez (1977), em "Aspectos econômicos do episódio de Canudos", é importante para dimensionar essa base material em perspectiva regional. A autora assinala que a formação do arraial conselheirista se dá num contexto de crise do latifúndio sertanejo, de abandono de fazendas e de deslocamento de trabalhadores pobres que, atraídos pela liderança de Antônio Conselheiro, reorganizam seu trabalho e sua vida material em torno da vila de Belo Monte. A economia da comunidade passa a se assentar na pequena produção agropecuária, com rebanhos caprinos e ovinos e roças diversificadas, em lugar da lógica de exploração extensiva do gado para o mercado externo que marcava o antigo padrão latifundiário da região.

Na leitura de José Luiz Gomes (2022), a criação de cabras ocupou uma posição estratégica na economia de Belo Monte. Partindo da questão sobre como sustentar dezenas de milhares de pessoas em um arraial sitiado, o autor destaca que os rebanhos caprinos são escolhidos justamente por serem animais altamente adaptados ao solo e ao clima do semiárido. As cabras garantiam leite e carne para o autoconsumo e, simultaneamente, forneciam couros que eram utilizados em vestimentas e exportados em volume significativo, operação realizada com anuência da própria República, que, apesar de combater politicamente o arraial, também se beneficiava economicamente dessa circulação de mercadorias (Gomes, 2022).

Articulando essas contribuições, é possível identificar alguns traços que, hoje, podem ser lidos em perspectiva agroecológica (sem cometer anacronismo), ainda que o conceito seja posterior ao episódio. Em primeiro lugar, a diversificação produtiva, com a combinação de múltiplas culturas alimentares (grãos, raízes, legumes, frutas) com rebanhos de cabras, carneiros e gado bovino indica um sistema policultor, capaz de reduzir riscos associados à

variabilidade climtica e de garantir oferta relativamente estável de alimentos ao longo do ano.

Quadro 1 - Produção agrícola e cultivos mencionadas sobre Belo Monte/Canudos

Categoria geral	Item (como aparece nas fontes)	Observações
Grãos e leguminosas	Milho	Presente nas lavouras principais; base das roças ribeirinhas e da alimentação.
	Feijão	Associado a milho e mandioca nas roças; componente central da dieta.
	Feijão Grogotuba /Grogotuga	Variedade específica de feijão citada nas roças de Canudos.
	Favas	Leguminosa de grão seco, citada junto a milho, feijão e batatas.
	Cereais	Categoria genérica usada nas fontes.
Raízes e tubérculos	Mandioca (mandiocas)	Base para farinha de mandioca; cultura importante nas margens do rio.
	Batata / batatas	Raiz/tubérculo citada entre as culturas das margens do rio e nas vizinhanças.
Frutos e hortas	Melancia / melancias	Fruto cultivado nas roças ribeirinhas; mencionado em listas de cultivos.
	Jerimus / jerimum (abóbora)	Abóbora; fruto típico das roças de Canudos.
	Melões	Fruto de clima semiárido, citado com melancias e jerimus.
	Legumes / diversos legumes	Categoria ampla englobando hortaliças e cultivos de horta.
	Cana-de-açúcar	Nomeada explicitamente em algumas fontes; associada às margens do rio.
	Pomares	Indicam cultivo de árvores frutíferas (mesmo sem especificar espécies).
	Hortas / horta	Produção de subsistência próxima às casas; hortaliças variadas.
Cultivos de fibra / contexto regional	Sisal / agave	Lavoura de fibra típica do semiárido; aparece em análises regionais.
	Algodão	Mencionado em relação à economia regional do sertão nordestino.
Plantas nativas de uso alimentar/fabril	Ouricurizeiro / Ouricuri-coqueiro (ouricuri)	Palmeira nativa; frutos e fibras usados (farinha de bró; linhas para cordoaria).
	Cruá (bromélias de cruá)	Bromélia usada na fabricação de redes; fibras retiradas da casca verde, também conhecida como Caroá.
	Bromélias (genérico)	Fonte de fibras para redes e outros artefatos tradicionais.
Produtos agroalimentares derivados	Farinha de mandioca	Produto central; associada às casas de farinha e às roças de mandioca.
	Farinha de bró	Derivada do ouricuri; associada ao trabalho feminino mais pobre.
	Farinha de parreira	Farinha tradicional citada junto à farinha de bró.
	Paçoca	Preparada a partir de milho/mandioca; aparece como alimento estocado.
	Farinha (genérico)	Usada em expressões como "farinha e carne"; designa farináceos em geral.
	Charque (carne seca)	Produto agroalimentar associado à pecuária, articulado às lavouras locais.

Fonte: Elaboração própria (2025)



FOTOGRAFIA DE FLAVIO DE BARROS 1897



FLÁVIO DE BARROS 1897

Em segundo lugar, o uso integrado de diferentes ambientes do território, margens do rio, chapadas, caatinga, sugere um conhecimento apurado das potencialidades do semiárido, com aproveitamento da umidade ribeirinha e de espécies nativas para alimentação, construção e artesanato. Em terceiro lugar, a centralidade da vida comunitária na gestão dos recursos. Tanto os depoimentos de sobreviventes quanto às análises de Adoue (2011) e de Baiardi e Santos (2023) convergem para a ideia de que a produção em Belo Monte era orientada por formas de partilha que subordinavam a propriedade privada ao uso coletivo, com forte regulação moral exercida pela figura do Conselheiro e pelo conjunto da comunidade.

Por fim, o contraste entre o período conselheirista e as formas posteriores de ocupação do território de Canudos, marcadas por políticas de desenvolvimento que resultaram em deslocamentos compulsórios, construção da barragem de Cocorobó, criação de perímetros irrigados e concentração fundiária, reforça a percepção de que a experiência de Belo Monte articulava, a seu modo, sustentabilidade social e ambiental. Dias e Neiva (2019) mostram que, após o massacre e ao longo do século XX, a mesma região passa a conviver com pobreza extrema, insegurança alimentar e processos de degradação ambiental, revelando a ruptura com aquele arranjo comunitário anterior.

Em conjunto, as diferentes fontes indicam que a produção agropecuária de Belo Monte não constituía uma atividade residual, tampouco expressão de improviso diante da escassez. Tratava-se de uma forma organizada de reprodução social, assentada em bases comunitárias, capaz de garantir a convivência com o semiárido e o abastecimento contínuo de dezenas de milhares de pessoas em um contexto de severas restrições climáticas. Essa leitura reposiciona Canudos no debate histórico e político, afastando sua redução a episódio bélico ou a expressão de "fanatismo religioso", e reconhecendo-o como experiência concreta de organização territorial camponesa, marcada por relativa autonomia, diversidade produtiva, gestão coletiva dos recursos e construção popular da segurança alimentar.

REFERÊNCIAS

ADOUE, S. B. O fulgor de Canudos. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 119, p. 01-09, 21 mar. 2011. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12792. Acesso em: 25 nov. 2025.

BAIARDI, Amilcar; SANTOS, Alex Vieira dos. Vida comunitária e segurança alimentar na raiz da resistência da Vila de Belo Monte, em Canudos. **História e Cultura**, v. 12, n. 2, p. 359-380, dez. 2023. ISSN 2238-6270.

CUNHA, Euclides. **Os sertões** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 516 p. ISBN: 978-85-7982-007-6. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/tw4bm/pdf/cunha-9788579820076.pdf. Acesso em: 26 nov. 2025

DIAS, Clímaco; NEIVA, Luiz Paulo Almeida. Canudos – um passado que assombra o presente. **Revista Canudos**, v. 3, n. 1, 19 jul. 2019. Disponível em: https://revistas.uneb.br/canudos/article/view/6440. Acesso em: 25 nov. 2025.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Aspectos econômicos do episódio de Canudos**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1977. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/27430. Acesso em: 26 nov. 2025

GOMES, José Luiz. **Economia de Canudos**: como era organizada a vida econômica no Arraial. [S. l.: s. n.], 2022. Vídeo (YouTube). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K6dDp4Tn30E\. Acesso em: 26 nov. 2025.

MOURA, Clóvis. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos**: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000. 1ª edição. ISBN 85-87394-06-1.

VILLA, Marco Antonio. **A aurora de Belo Monte**. Folha Online – Brasil 500. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/histcanudos6.htm. Acesso em: 25 nov. 2025.

ZANETTINI, Paulo; GONZALEZ, Erica M. R. **Arqueologia na Caatinga**. Folha Online – Brasil 500. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/histcanudos17.htm. Acesso em: 25 nov. 2025.

Acompanhe a canção:

Súplica Cearence

Composição: Gordurinha / Nelinho • Intérprete: O Rappa

Oh! Deus
Perdoe esse pobre coitado
Que de joelhos rezou um bocado
Pedindo pra chuva cair
Cair sem parar

Oh! Deus
Será que o senhor se zangou
E é só por isso que o Sol se arretirou
Fazendo cair toda chuva que há

Oh! Senhor
Pedi pro Sol se esconder um pouquinho
Pedi pra chover
Mas chover de mansinho
Pra ver se nascia uma planta
Uma planta no chão

Oh! Meu Deus
Se eu não rezei direito
A culpa é do sujeito
Desse pobre que nem
sabe fazer a oração

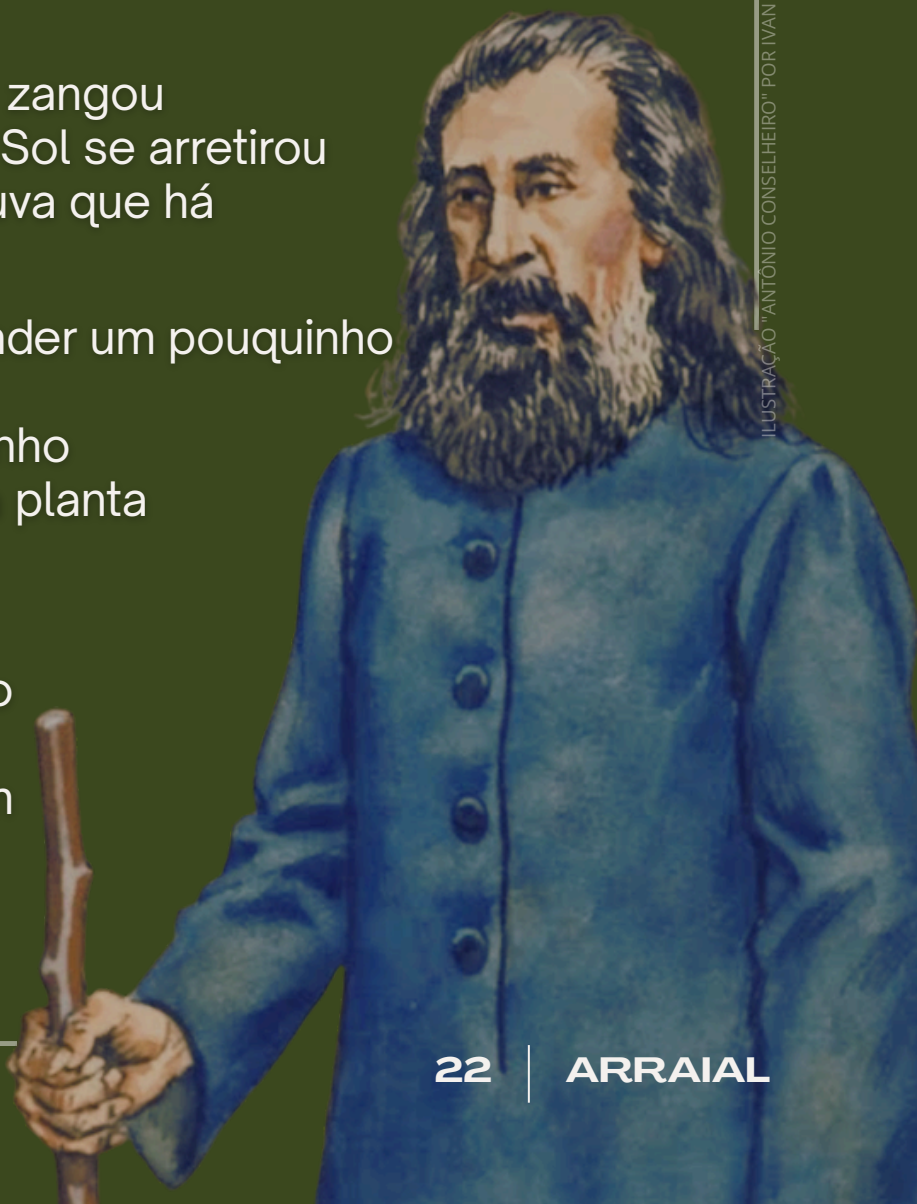


ILUSTRAÇÃO "ANTÔNIO CONSELHEIRO" POR IVAN WASTH RODRIGUES. MUSEU DA REPÚBLICA

Meu Deus
Perdoe encher meus olhos d'água
E ter-lhe pedido cheio de mágoa
Pro Sol inclemente
Se arretirar, retirar

Desculpe, pedir a toda hora
Pra chegar o inverno e agora
O inferno queima o meu humilde Ceará

Oh! Senhor
Pedi pro Sol se esconder um pouquinho
Pedi pra chover
Mas chover de mansinho
Pra ver se nascia uma planta no chão
Planta no chão

Ganância demais
Chuva não tem mais
Roubo demais
Política demais
Tristeza demais
O interesse tem demais!

Ganância demais
Fome demais
Falta demais
Promessa demais
Seca demais
Chuva não tem mais!
(Meu Ceará gozará nova sorte)
Ó Deus
Só se tiver Deus
Ó Deus

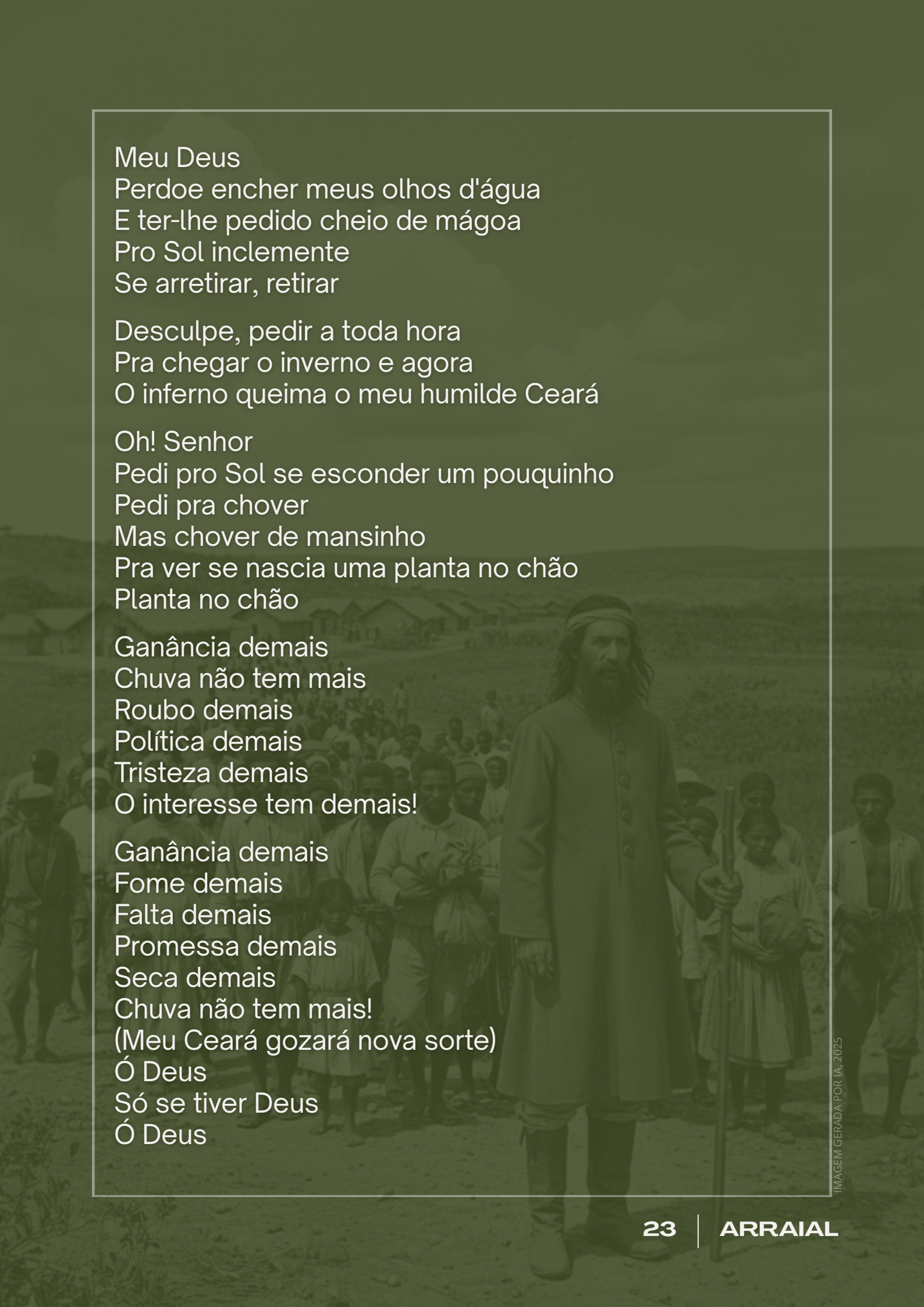


IMAGEM GERADA POR IA, 2025

Resenha do livro

“Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST”, de Clóvis Moura

POR JACIANE DOS SANTOS RIBEIRO

IMAGEM DE FUNDO: ARTE DA CAPA DO LIVRO OBJETO DESTA RESENHA, DE CLÓVIS MOURA

Publicado em 2000 pela editora Expressão Popular, a obra "Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST", do sociólogo brasileiro Clóvis Moura, contribui significativamente para que novos olhares sejam lançados para a Guerra de Canudos, subsidiando uma interpretação diferente das que, costumeiramente, ocupam os livros didáticos de História. Trata-se de um convite a refletir sobre as evidências que afastam esse movimento político e social da interpretação que o reduz a um conflito marcado pelo fanatismo religioso e pelos supostos delírios messiânicos de Antônio Conselheiro, revelando-o como uma reação às opressões econômicas, sociais e culturais enfrentadas por aquele povo.

O autor evidencia, desde o primeiro capítulo, que o movimento de Canudos, ao contrário da visão reducionista aceita por muitos historiadores, não foi uma expressão de fanatismo religioso, de miséria e irracionalidade. Em vez disso, ressalta a consciência política dos sertanejos e a relevância do movimento, dotado de grande capacidade de ação social e política. O movimento, para Moura, configura-se como uma expressão de resistência camponesa e uma organização social alternativa, com implicações que ecoam nas lutas contemporâneas pela terra especialmente no surgimento do MST.

Ao longo da narrativa, a obra apresenta a configuração social e territorial de Belo Monte, demonstrando seu funcionamento interno como uma alternativa à lógica do latifúndio, desafiando a elite rural e urbana. Pautando-se na coletividade e solidariedade interna, havia ali um arranjo político administrativo que contava com nomes de grande influência como o Antônio Vilanova (negociante que cuidava da economia e da política, um dos mais influentes membros da comunidade), Joaquim Macambira (soldado que exercia o papel de administrador, além de cuidar das relações comerciais) e Antônio Conselheiro que, ocupando funções religiosas (a religião, nesse contexto, desempenhava um papel político muito acentuado como bloco de poder), foi o grande líder do movimento.

A obra transiciona a figura de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, de um lugar pejorativo que o associa a uma imagem carregada de conotações fanáticas, para um patamar de autoridade carismática, comprometida com a justiça social, dos pobres e marginalizados. Desse modo, as ofensivas militares em Canudos, distribuídas em quatro expedições sucessivas, não devem ser vistas como uma resposta ao fanatismo, mas em reação a uma estrutura social que confrontava os interesses

latifundiários, um modelo construído pelos sertanejos como ato de resistência.

De um modo geral, é possível situar a obra de Clóvis Moura como um estudo de grande importância para a ampliação das compreensões acerca da história social e política do Brasil. Ao propor uma leitura crítica da Guerra de Canudos, geralmente divulgada com simplificações históricas como um fenômeno religioso, o autor redimensiona a invasão de Canudos oferecendo novas perspectivas críticas que, de algum modo, contribuem para a valorização dos movimentos populares, protagonistas da história brasileira.

REFERÊNCIA

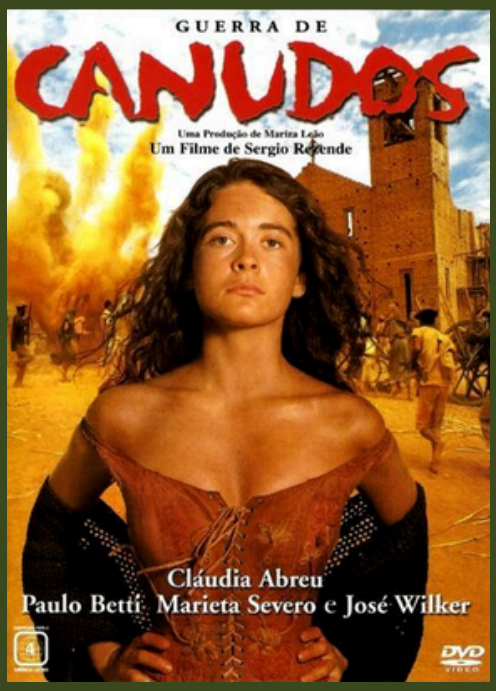
MOURA, Clóvis. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos**: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.



IMAGEM CLÓVIS DE MOURA. FONTE: BLOG DA BOITEMPO

Indicação:

Filmes





O semiárido nordestino guarda histórias intensas de luta, fé e resistência. Mais do que registros históricos, o cinema tem sido uma forma poderosa de narrar essas vivências e dar visibilidade às experiências populares.

Por isso, indicamos dois filmes que dialogam diretamente com o tema desta edição e ajudam a compreender a complexidade social que marca o sertão. O primeiro é “Canudos” (1997), de Sérgio Rezende, que recria a Guerra de Canudos e a experiência comunitária do Arraial de Belo Monte.

E, o segundo filme, “Deus e o Diabo na Terra do Sol” (1964), de Glauber Rocha, amplia nossa reflexão sobre injustiça e revolta no sertão.

Assistir a esses filmes é revisitar nossa própria história, compreendendo como as resistências do passado ecoam nas lutas sociais do presente.


UNIVASF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
Programa de Pós-Graduação
AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL